

Na ponta do lápis, otimismo se dilui

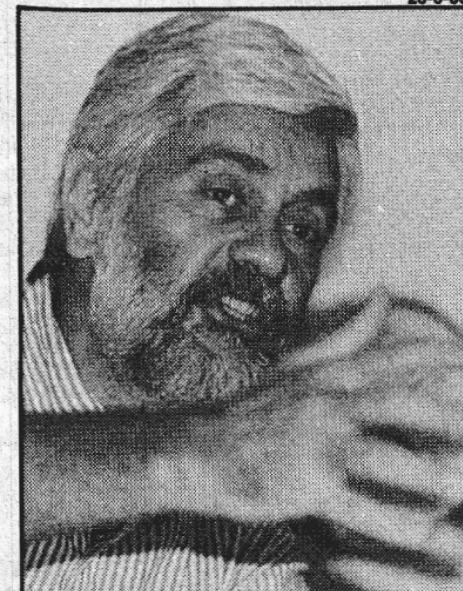
23-3-88

Os programas de governo dos dois candidatos à Presidência da República têm, ao menos, um ponto fraco: a matemática. Na ponta do lápis, algumas metas econômicas de Fernando Collor e de Luis Inácio Lula da Silva simplesmente não fecham. Algumas delas, na melhor das hipóteses, foram tidas como extremamente otimistas pelos economistas Edmar Bacha e Eduardo Modiano, da PUC carioca. No primeiro caso, o melhor exemplo é o do salário-mínimo. Pelas contas dos economistas, ficou claro que se a inflação não cair, o ganho real de 3% (500% em cinco anos), prometido por Lula, ou de 1,8% ao mês, meta de Collor (triplicar em três anos) não impedirá a redução no poder de compra dos salários.

Os cálculos demonstram que ao receber a remuneração no fim do mês, os trabalhadores ganham o que já foi corroído pelo aumento dos preços nesse período. Assim, Modiano elaborou uma tabela demonstrando que os supostos ganhos reais de 3% concedidos pelo Governo Sarney não impedem uma queda do poder de compra. Como exemplo, utilizou a inflação do mês seguinte para revelar a defasagem existente entre o IPC de um mês e o do anterior, utilizado para corrigir a remuneração dos trabalhadores.

Bacha optou por um outro exercício. Ele demonstrou que a proposta de Collor, de elevar o salário-mínimo a US\$ 369 no fim de 1994 é inviável, uma vez que no mínimo esse aumento somaria US\$ 355 bilhões no fim do Governo. Isso, partindo-se do princípio de que todos os trabalhadores ganham salário-mínimo, o que equivale a 74 milhões de pessoas. Acontece que esse total (US\$ 355 bilhões) representa 70% da renda nacional. Mesmo assim, se for tomado como base a meta de crescimento de 46% nesses cinco anos, o que elevaria o PIB para US\$ 517 bilhões.

Ou seja, 70% dos US\$ 517 bilhões seriam destinados, apenas, para pagar salários-mínimos aos trabalhadores. A primeira inconsistência da proposta, segundo Bacha, é de matemática simples. O programa de Collor propõe aumentar a participação dos salários no PIB de 36% atuais para 50%. Como 50% não é 70% aí está uma conta inexplicável. A segunda é igualmente séria. Aumentar nessas proporções a contribuição dos salários no PIB



Bacha: os números são inconsistentes

País significa promover uma revolução na distribuição de renda que dificilmente se dá de forma pacífica.

Mas, como ressalta Modiano, com o PT as contas são ainda mais inconsistentes. A meta do partido é de sextuplicar o valor real do salário-mínimo, o que significa dizer que mesmo somando toda a renda (Produto Interno Bruto) do País não seria suficiente para pagar salários aos trabalhadores. Para tanto, a economia precisaria crescer a taxas nunca antes registradas (nem mesmo na época do milagre econômico), o que parece muito pouco provável.

Para atingir a expansão de 46% em cinco anos, o Brasil teria que começar a crescer, já a partir do ano que vem, 8% ao ano, percentual próximo à média da década de 70, de 8,6%. Mas, observa Bacha, como 1990 terá de ser um período de ajuste da economia, e possivelmente recessivo, e em 1991 o cenário não será muito diferente, ele estimou uma expansão de 3% em cada um desses dois períodos.

Com isso, o crescimento estaria concentrado nos três anos seguintes, o que significa dizer que de 1992 a 1994 o País teria de crescer nada menos do que 11,5%. Pouco menos do que a média anual da época áurea do milagre econômico. Entre 1971 e 1973 a a expansão média foi de 12,4%.

Modiano chama a atenção para o fato de que as políticas do PT para combater a inflação (câmaras setoriais, suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa e aplicação de um redutos sobre preços e salários) já fazem parte do feijão-com-arroz do Governo Sarney sem muito sucesso.